

BOLETIM CNM

Publicação da Confederação Nacional de Municípios • junho de 2019

Um ano de gestão: diálogo e união do movimento

Palavra do presidente

No dia 23 de maio, completamos um ano à frente da Confederação Nacional de Municípios (CNM). Assumimos esse desafio durante a *XXI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, realizada em maio de 2018. À época, já sabíamos a missão que aguardava a nossa diretoria. E sabíamos também que apenas mantendo a união e a luta conseguiríamos avançar.

Esse é o caminho que temos traçado. Com o apoio e a orientação inestimáveis do presidente de honra da nossa Confederação, Paulo Ziulkoski, o movimento municipalista se fortalece dia após dia. Além de avanços importantes no Legislativo e no Executivo, mostramos novamente a nossa força e consolidamos o nosso espaço para diálogo com autoridades dos três Poderes, diante de um cenário de expressiva renovação de deputados e senadores e reestruturação de todos os Ministérios.

Neste um ano, conseguimos aprovar no Congresso Nacional medidas



importantes para a gestão local. Além disso, fortalecemos a articulação a partir da realização de reuniões permanentes em nossa sede com as Frentes Parlamentares dos Municípios e do Pacto Federativo. No Executivo, também caminhamos em lutas históricas. E, por meio de diversas audiências realizadas junto a ministros do Judiciário, conseguimos o compromisso de julgamento pelo Supremo Tribunal Federal da ação que trata da distribuição dos *royalties* do petróleo.

Seguimos ainda na batalha pela regulamentação do nosso pacto federativo. Precisamos fazer avançar no discurso de desconcentração de recursos em Brasília. Nos manteremos unidos – lideranças estaduais, microrregionais e locais – para que tenhamos efetivamente ações que melhorem a qualidade de vida de nossa população.

Gladimir Aroldi, presidente da CNM

Família Municipalista

Visita de gestores à CNM



 Entrevista

Precisamos reduzir o “gigantismo” federal, afirma ministro Santos Cruz

Um pacto federativo que seja justo e efetivo é a bandeira do movimento municipalista há décadas. Os anúncios realizados pelo governo federal durante a *XXII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios* no sentido de descentralizar recursos da União aos Municípios geraram grandes expectativas nos gestores municipais, que enfrentam muitas dificuldades a cada dia para arcar com as responsabilidades.

Sobre o assunto e o lema do governo federal “Mais Brasil, Menos Brasília”, o *Boletim CNM* entrevistou o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Alberto dos Santos Cruz. “Os principais projetos envolvem modificações na área fiscal, na distribuição de recursos, nas atribuições da União, dos Estados e dos Municípios, aumentando os recursos disponíveis no nível municipal e estadual e reduzindo o ‘gigantismo’ federal”, afirmou. Veja a íntegra da entrevista.

Desde janeiro, a Confederação foi recebida em diversas ocasiões por ministros e pelo presidente da República. O governo federal dará continuidade ao diálogo com os Municípios – representados pela CNM?

Ministro Santos Cruz – A Secretaria de Governo da Presidência da República (Segov) está de portas abertas para receber os prefeitos de todo o Brasil. Essa tem sido a prática da Segov desde o início. Estamos tendo a oportunidade de conversar com prefeitos e governadores de todo o país e conhecer a realidade de cada região, recebendo suas demandas e preocupações e endereçando os problemas aos órgãos competentes do governo federal.

A XXI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios contou com o número recorde de participantes e importantes anúncios do governo federal, como a criação de grupo de trabalho para debater o pacto federativo. Quais serão os próximos passos no sentido de viabilizar a implementação das medidas?

Ministro Santos Cruz – A Marcha dos Prefeitos é um evento emblemático em que os Municípios, representados pela Confederação, definem suas prioridades e as apresentam ao governo federal em busca da construção de soluções conjuntas para problemas enfrentados pelo nosso país. Neste ano, o evento contou com a participação do presidente Bolsonaro, bem como de 14 ministros de Estado, mostrando a importância que as relações federativas têm para o atual governo e o empenho das equipes na construção

de um pacto federativo mais equilibrado.

A Segov promoveu a organização da participação do governo federal para a Marcha dos Prefeitos, em duas frentes: a primeira se deu pela discussão da pauta municipalista com a CNM, que culminou com os diversos anúncios feitos pelo presidente Bolsonaro e os ministros durante a Marcha.

A segunda frente de trabalho tratou do atendimento às demandas dos prefeitos do Brasil por meio das equipes dos ministérios que estiveram disponíveis para sanar dúvidas e prestar esclarecimentos durante toda a semana, contabilizando mais de 2,9 mil atendimentos a prefeituras.

O próximo passo será manter a atenção e a coordenação de governo para concretizar o máximo de medidas possíveis para aperfeiçoar o pacto federativo. Esse é um trabalho de coordenação com todos os Ministérios.

O slogan “Mais Brasil, Menos Brasília” foi repetidamente abordado no evento municipalista, gerando grande expectativa nos gestores. Quais os projetos que deverão colocar em prática essa promessa de governo?

Ministro Santos Cruz – Desde a campanha presidencial e também no Plano de Governo do presidente Bolsonaro, a ideia de “Mais Brasil, Menos Brasília” tem sido uma das diretrizes que agora também passa a orientar a atuação da equipe governamental.

Os principais projetos envolvem modificações na área fiscal, na distribuição de recursos, nas atribuições da União, dos Estados e dos Municípios, aumentando os recursos disponíveis no nível municipal e estadual e reduzindo o “gigantismo” federal.

Para que isso se torne uma realidade, a equipe econômica vem trabalhando em um conjunto de medidas que poderão, quando aprovadas pelo Congresso Nacional, promover uma maior



Wilson Mendes/Ascom/PR

independência e responsabilidade dos gestores municipais na gestão dos seus recursos. O governo está comprometido com a melhoria da situação fiscal dos Entes e com os compromissos assumidos durante a Marcha.

Dessa forma, entendo que podemos efetivar de forma sustentável a expressão que vem ganhando o imaginário dos brasileiros, que é o “Mais Brasil, menos Brasília” formado por Municípios, Estados e União fortes, e que, de forma cooperativa, se mantêm unidos.

No dia 11 de abril, o governo completou cem dias de gestão. De que forma as ações já realizadas impactam o dia a dia da administração municipal?

Ministro Santos Cruz – As metas alcançadas para o marco de cem dias de governo demonstram o compromisso com o desenvolvimento e o crescimento do Brasil. São 35 metas que alcançaram as dimensões econômica, social e de gestão, governança e combate à corrupção. Todas elas, em algum aspecto, são do interesse dos Municípios. Algumas delas se refletem em aspectos mais concretos, como a previsão do abono natalino do Programa Bolsa Família (13º salário), que consistirá em um incremento no benefício para aqueles mais pobres do nosso país.

Conteúdo Exclusivo

Aumento de acesso à plataforma Êxitos indica uma nova rotina

Acessar diariamente a Plataforma Êxitos virou rotina em muitas administrações municipais, como é o caso de Curitiba (SC) e de Carmo do Cajuru (MG). Com acesso gratuito aos Municípios contribuintes com a CNM, a ferramenta concentra editais públicos nacionais e internacionais com oportunidades de captação de recursos disponíveis. A praticidade e a facilidade de manuseio do sistema – atualizado recentemente – contribuíram para o aumento do índice de uso e de procura.

Em poucos cliques, o gestor municipal pode ter acesso a editais, programas federais, prazos e documentos e emendas parlamentares liberadas para cada Município, individualmente. Ao acessar o conteúdo exclusivo do site da CNM, a página especial traz um ícone de ingresso à plataforma. A outra forma de acesso às informações, contudo, é pelas notificações enviadas para os e-mails cadastrados. As duas possibilidades viabilizam o acesso do gestor local às oportunidades por qualquer equipamento com acesso à internet.

“Eu utilizo bastante a plataforma Êxitos no meu dia a dia. A plataforma é muito prática, muito rápida. É como se fosse um portal, tem a concentração de várias informações; é um portal muito completo, simples e fácil de mexer. Ajuda demais no trabalho e melhora a vida dos gestores”. Esse é o depoimento de uma pessoa que acessa, diariamente, o sistema por meio dos e-mails enviados ou com o cadastro de login e senha. A gestora de convênios de Carmo do Cajuru (MG), Amanda Rabelo Amaral, acredita que o sistema se torna ainda mais especial pela quantidade de informações concentradas na mesma página on-line.

No desenvolvimento de suas atividades, a gestora de Convênios Curitiba (SC), Rúbia Cozer, cadastrada na plataforma desde o lançamento, exaltou as atualizações e afirmou que o sistema passou a ser parte da rotina. “Eu gostei muito da plataforma, depois que migrou, pela facilidade que ela dá no acesso aos programas e para saber tudo o que está aberto, em tempo real, porque é tudo monitorado diariamente”, contou a

Alertas

Os recursos provenientes dos Programas Federais implicam ao município responsabilidades de ordem financeira, fiscal, técnica, operacional, entre outras. Confira aquelas que mais impactam nos Programas aderidos pelo seu município.

Programas com alertas

Riscos encontrados

| | Todos | Aderidos | Acompanhados |
|--|--------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Programas com alertas | 72 1067 riscos | 2 15 riscos | 1 63 riscos |
| Programas com riscos de gravidade alta | 45 | 1 | 1 |
| Programas com valores defasados | 45 | 1 | 1 |
| Alerta sobre a prestação de contas | 67 | 2 | 1 |
| Não regulamentados por Lei Federal | 55 | 0 | 1 |

operadora do sistema. No entanto, a ferramenta também faz sucesso entre as entidades municipalistas, como na Federação das Associações de Municípios do Estado do Pará (Famep).

Faz parte de suas potencialidades a apresentação de premiações, de programas, de concursos, de financiamentos e de patrocínios que estão no radar. Essas informações facilitam e agilizam o processo. Assim, as prefeituras podem escolher as oportunidades que se enquadram na sua realidade, promover inscrição com maior agilidade, além de saber quais documentos são exigidos para garantir participação. Também conhecer informações gerais, números e benefícios.

O depoimento de Rúbia confirma essa característica. “Facilita bastante pela questão dos anexos, também, com os modelos de documentos que estão ali fornecidos e os decretos que regem os programas”, relatou a gestora da Êxitos, em Curitiba. “Eu olho a plataforma todos os dias para ver quais os programas estão abertos, quais os ministérios que disponibilizam programas, dentro da viabilidade aqui do Município. Eu acesso todos os dias, até para saber se tem alguma

emenda para o meu Município”, contou Rúbia.

Disparado recentemente, o alerta aplicável a todas as prefeituras cadastradas, o Prêmio Município 2019/2020 estará com prazo de inscrição aberto até 8 de julho. O objeto desse edital é identificar, analisar, reconhecer e compartilhar os projetos e as práticas inovadoras que contribuem para a melhoria da gestão municipal. Lá na plataforma também é possível encontrar oportunidades internacionais, como o *Unesco Creative Cities Network 2019* – Rede de Cidades Criativas da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) – e a *Stockholm Water Prize 2020* – prêmio de água de Estocolmo.

Se ainda não cadastrou login e senha ou se ainda não utiliza a ferramenta em toda a sua potencialidade, acesse agora mesmo!



Novidades e atualizações

Receber informações no tempo certo é importante para minimizar os impactos. Fique atento as mudanças nos Programas Federais aderidos pelo município.

Todos os programas

Todos os tipos de novidades

| Data de atualização | Tipo | Descrição | Ver programa |
|---------------------|-----------------------|---|--------------|
| 14/05/2019 | Atualização cadastral | Programa Mais Médicos – PMM Dados cadastrais alterados | + |
| 13/05/2019 | Atualização cadastral | Programa Criança Feliz Dados cadastrais alterados | + |
| 13/05/2019 | Atualização cadastral | Programa Criança Feliz Dados cadastrais alterados | + |
| 13/05/2019 | Atualização cadastral | Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV Dados cadastrais alterados | + |
| 13/05/2019 | Atualização cadastral | Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV Dados cadastrais alterados | + |
| 13/05/2019 | Atualização cadastral | Programa Cisternas Dados cadastrais alterados | + |

Visão Geral

Confira os números da Plataforma e compare os Programas Federais aderidos pelo seu Município e aquelas que estão sendo acompanhados em sua conta.

Navegue pela:

LISTA ÁRVORE

216 Programas Federais oferecidos por 19 Concedentes

Ver todos os programas

Áreas com maior número de Programas Federais

| | |
|-------------------------|----|
| Saúde | 42 |
| Educação | 16 |
| Assistência Social | 7 |
| Agricultura | 2 |
| Assistência Comunitária | 2 |

Minhas atividades

| | | |
|----------------------------------|-----------------------------------|-------------------------------|
| 12 Acesso nos últimos 30 dias | 12 Acesso nos últimos 12 meses | 14 Acesso desde seu início |
| 1 Programas acompanhados | 0 Documentos baixados | 0 Anotações realizadas |

 Artigo

As prefeituras e a Ágora

Prestar contas não é novidade. Desde a Grécia Antiga, a comunidade se reunia na Ágora, a chamada Praça do Povo, para examinar a contabilidade de arcontes, embaixadores, generais e de todos aqueles que geriam verbas provenientes dos impostos arrecadados. No século XXI, a cidadania navega pela via digital. A Ágora atual é a internet.

Com o desenvolvimento acelerado da tecnologia da informação e o crescimento das redes sociais, a cobrança por transparência aumentou de forma exponencial. A promoção do acesso à informação tornou-se medida indispensável para o fortalecimento da democracia e para o aprimoramento da gestão pública. Atualmente, quase tudo está na palma da mão, no celular.

A legislação também evoluiu. Dentre as principais leis que ampliaram a oferta de informações estão: a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF/2000); a Lei Complementar 131/2009, de autoria do então senador João Capiberibe; e a Lei de Acesso à Informação (LAI), que foi editada em novembro de 2011, mas entrou em vigência efetiva em maio de 2012.

As duas primeiras (LRF e Lei Complementar 131) são consideradas leis de transparência ativa, visto que as informações são disponibilizadas pela administração pública de forma espontânea, sem a necessidade de solicitação. Por meio da Lei de Acesso à Informação, considerada de transparência passiva, basta um pedido de qualquer interessado para que os órgãos públicos informem em 20 dias, prorrogáveis por mais 10, tudo o que não estiver relacionado à segurança do Estado, ao segredo de Justiça ou à privacidade do cidadão. O que não pode ser divulgado é taxado de reservado, secreto ou ultrassecreto. Por meio dessas três leis, o poder público presta contas e disponibiliza vasta quantidade de informações para os órgãos de controle e para a sociedade. Instrumentos legais semelhantes existem há tempos, em mais de noventa países.

Além das informações da LRF divulgadas regularmente nos demonstrativos fiscais, os portais de transparência têm sido constantemente aprimorados, permitindo que todos participem efetivamente da gestão. Em diversas cidades já existem aplica-



tivos com os horários dos ônibus, plantões de médicos nos hospitais e postos de saúde, câmeras mostrando pela internet o andamento das obras, interação sociedade/governo em relação a demandas a serem analisadas/atendidas pela administração pública, acompanhamento *on-line* de licitações etc. Em algumas localidades têm sido realizadas, inclusive, “Maratonas de Transparência”, a fim de que a sociedade diga quais informações quer receber do poder público.

Conforme avaliações do Ministério Público Federal (MPF), de 2015 para 2016, a nota média dos portais municipais subiu 33%, passando de 3,92 para 5,21, em escala de 0 a 10.

Em dezembro de 2018, a Controladoria-Geral da União também divulgou análise sobre o cumprimento da LAI e de outros normativos sobre transparência nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios com mais de 50 mil habitantes. Foram avaliados 691 Entes federativos, universo que abrange quase 70% da população brasileira. Das capitais, 93% obtiveram notas maiores do que 6, sendo que oito delas receberam notas entre 9 e 10. Com relação aos demais Municípios, 340 (51% do total) conseguiram notas superiores a 6.

Os resultados das avaliações do MPF e da CGU são favoráveis, mas evidenciam que a transparência ainda pode ser aprimorada.

Nesse sentido, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) iniciará projeto com o objetivo de colaborar com as prefeituras em relação às demandas crescentes do Ministério Público, dos Tribunais de Contas e

da própria sociedade, no que diz respeito à transparência e à integridade (*compliance*). O projeto irá abordar o relacionamento das prefeituras com os órgãos fiscalizadores (Tribunais de Contas e Ministério Público) e com a sociedade civil no que está relacionado aos temas: transparência da gestão, responsabilidade fiscal, procedimentos licitatórios e integridade. Serão apresentadas as demandas mais frequentes e sugestões de como resolvê-las. A CNM irá colocar em seu *site*, em cartilhas eletrônicas, as questões habituais levantadas pelas instâncias de controle e os encaminhamentos propostos. Serão selecionadas as melhores práticas observadas nos Municípios para compartilhamento com as demais prefeituras, com o objetivo de homogeneizar e aprimorar a transparência da gestão, a responsabilidade fiscal, os procedimentos licitatórios e a integridade.

A publicidade é um dos princípios do art. 37 da Constituição Federal, juntamente com legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência. Na Grécia Antiga ou no Brasil de hoje, a comunidade está interessada em saber como estão sendo aplicadas as verbas provenientes dos impostos pagos. Na Ágora ou na internet.

Gil Castello Branco é fundador e secretário-geral da Associação Contas Abertas e consultor na área de Transparência. Foi secretário-executivo do Ministério de Esporte, assessor parlamentar na Câmara dos Deputados, presidente da Empresa Brasileira de Planejamento e Transportes e consultor da Organização das Nações Unidas (ONU).

CNM reúne especialistas em Congresso de Improbidade

A CNM reuniu ministros do Judiciário, juristas e especialistas no I Congresso Nacional de Improbidade Administrativa. O evento, realizado em parceria com o Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP), levantou debates sobre excessos e ampliações na interpretação da lei, aplicação de sanções e propostas de mudanças na legislação. O primeiro secretário da CNM, Hudson Brito, e o presidente da Federação dos Municípios do Rio

Grande do Norte, José Leonardo, representaram o movimento municipalista na abertura do congresso — realizado em 22 e 23 de maio.

Reportagens sobre cada um dos painéis estão disponíveis no portal da Confederação. A transmissão completa do Congresso também pode ser vista no nosso portal do Youtube.

Veja aqui a fala de alguns painelistas:



GILMAR MENDES – Ministro do Supremo Tribunal Federal

“A lei tem muitas virtudes. Contribuiu certamente para o combate aos abusos, mas é preciso também reconhecer o seu mau uso, a sua impropriedade e a sua necessidade de aperfeiçoamento.”



NÉVITON GUEDES – Desembargador do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1)

“O que deveria ser um instrumento para casos excepcionalíssimos deixou de ser exceção [no Brasil] para ser a regra.”



ALEXANDRE DE MORAES – Ministro do Supremo Tribunal Federal

“Com o tempo, tudo foi colocado no mesmo balaio corrupção, incompetência, inexperiência, erro, mas as sanções são gravíssimas.”



NEY BELLO – Desembargador do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região

“Eu preciso com a improbidade coibir o mau administrador ou o administrador que tenha outra intenção. Mas não aquele que erra, aquele que, por negligência, imprudência ou imperícia, pratica o eventual dano.”



MAURO CAMPBELL – Ministro do Superior Tribunal de Justiça

“Efetivamente, a lei, não obstante o grande avanço que trouxe em matéria de controle da probidade administrativa, ela, sem dúvida alguma, teve alguns pecados desde o seu nascedouro.”



OFIRNEY SADALA – Presidente da Associação dos Municípios do Amapá (Ameap)

“No meu Município, todos os ex-prefeitos tornaram-se ineleáveis e estão em situação pior do que quando assumiram as prefeituras.”



NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO – Ministro do Superior Tribunal de Justiça

“Não existe hoje no Brasil todo, nas ações de improbidade administrativa, o respeito aos direitos das liberdades e das garantias das pessoas processadas.”



ANTÔNIO ANASTASIA (PSDB/MG) – Senador

“A administração pública é o sofrimento diário de enfrentar assuntos e problemas que, na maior parte das vezes, o Direito Constitucional não imaginava que poderia existir e muito menos o legislador.”



JORGE HAGE SOBRINHO – Ex-ministro da Controladoria-Geral da União

“A lei deveria ser precisa e detalhada e não deveria trazer tantos detalhes que permitem as mais diversas interpretações.”



TADEU ALENCAR (PSB-PE) – Deputado federal

“Acho fundamental uma tipificação mais adequada, uma dosimetria, conduta grave com sanções graves, conduta leve com sanções leves. Não defendemos que não haja responsabilização.”



LUCIANA LÓSSIO – Ex-ministra do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

“Hoje, o gestor precisa ter uma coragem muito grande, porque, diante dessa criminalização que se faz da vida política, aqueles que buscam dedicar a vida ao bem público e à construção de uma sociedade melhor vivem todo tipo de dissabor.”



WEDER DE OLIVEIRA – Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU)

“Não é fácil para gestores e legisladores lidarem com a Lei de Improbidade Administrativa. Acredito que aqui muito se pode esclarecer e pensar em formas de aplicar de forma mais justa, com cada ator desempenhando bem seu papel.”



ÉLICA GRAZIANE PINTO – Procuradora do Ministério Público de São Paulo

“Se o Município não pode contar com a perspectiva de ampliar os repasses federativos, tem que aprimorar a capacidade de arrecadação própria [sobre Lei de Responsabilidade Fiscal e improbidade].”



ELENA GARRIDO – Consultora da CNM

“A CNM tem trabalhado muito para qualificar nossos veadores e discutir com órgãos de controle a forma como o controle se efetiva. É muito mais positivo para a democracia brasileira que esses órgãos sejam capazes de levar informação aos nossos gestores antes de serem punitivos.”

Institucional

Conselho Político define ações durante Congresso Mineiro

O 36º Congresso Mineiro de Municípios, em Belo Horizonte (MG), foi palco da primeira reunião do Conselho Político da CNM fora da entidade. O presidente da CNM, Glademir Aroldi, e diversas lideranças municipalistas estiveram reunidos para tratar de assuntos que serão prioridades para o movimento municipalista nacional ao longo dos próximos meses. No total, 18 Estados estavam representados. A reunião foi acompanhada por centenas de prefeitos mineiros que participaram do Congresso.

Pautas como a Nova Previdência, a cessão onerosa, a coincidência de mandatos, o Imposto Sobre Serviços (ISS) e os *royalties* estiveram em debate. A luta por mais recursos para os Municípios também foi lembrada no debate. A defesa da Nova Previdência é consenso entre os líderes, e a importância de os Municípios serem parte da proposta foi destacada por eles.

O presidente da Associação Mineira de Municípios (AMM) e primeiro vice-presidente da CNM, Julvan Lacerda, abriu a reunião explicando como se dariam as decisões do Conselho Político e convocou uma votação sobre matéria que trata da unificação de mandatos. “Precisamos pedir aos senhores prefeitos que se manifestem em relação à decisão dessa matéria que está em discussão na nossa reunião hoje”. Lacerda pediu para que os prefeitos que apoiam a matéria ficassem de pé, e a maioria atendeu ao pedido e ficou definido como positiva a decisão de Minas Gerais.

Decisões do Conselho

Aroldi iniciou a reunião lembrando a importância das decisões do Conselho. “As decisões da nossa reunião do Conselho Político são extremamente importantes para definirmos as ações do nosso movimento municipalista. Então vamos decidir com consciência nossas pautas”, disse o líder do movimento. De forma objetiva, Aroldi pontuou as matérias que necessitavam de definição e lembrou algumas que devem ser cobradas com mais força pelos gestores junto aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Um das primeiras decisões foi a de que os presidentes das estaduais devem, sempre que possível, participar das reuniões das Frentes Parlamentares Mistas em Defesa dos Municípios e do Pacto Federativo. Aroldi destacou que a participação deles é importante para pressionar os parlamentares na celeridade da tramitação de matérias como a que trata do acréscimo de mais 1% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para o mês de setembro.



Cessão onerosa

Sobre a matéria que trata da cessão onerosa, Aroldi lembrou que o ministro Paulo Guedes prometeu na **XXII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios** que vai dividir esses recursos com os Municípios. “Precisamos estar atentos, pois o ministro prometeu dividir com os Municípios, mas em entrevista que

ele concede ele só fala em dividir com os Estados”, ponderou. Aroldi solicitou que os presidentes façam reuniões de bancada com os deputados do Estado para cobrar e pressioná-los pelo avanço da pauta. “Cabe a nós orientarmos nossos prefeitos para que fiquem em cima dos deputados e dos senadores a fim de que nos atendam”, alertou.

Lideranças presentes

Os diretores Hudson Brito, Eduardo Tabosa e Daniela de Brito e a fundadora do Movimento de Mulheres Municipalistas (MMM) Tânia Ziulkoski participaram da reunião. Alguns líderes estaduais também tiveram oportunidade de fala e defenderam interesses dos Municípios. Estiveram presentes os presidentes e representantes das seguintes entidades: da Federação dos Municípios do Estado de Sergipe (Fames), da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs), da Federação Catarinense de Municípios (Fecam), da Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul (Assomasul), da Associação Piauiense de Municípios (APPM), da Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe), da Federação das Associações de Municípios do Estado do Pará (Famep), da Associação Paulista de Municípios (APM), da Associação dos Municípios do Paraná (AMP), da Associação dos Municípios do Estado do Espírito Santo (Amunes), da Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte (Femurn), da Federação das Associações de Municípios da Paraíba (Famup), da Associação dos Municípios de Roraima (AMR), da Associação Amazonense de Municípios (AAM), da Associação Tocantinense de Municípios (ATM), da Associação dos Municípios do Estado do Ceará (Aprece) e da Associação dos Municípios Alagoanos (AMA).

Congresso Mineiro

Entre os dias 14 e 15 de maio, a Associação Mineira de Municípios promoveu o maior evento de entidade municipalista estadual do Brasil, que, neste ano, contou com o mais expressivo público desde o início da organização do evento. Pelos corredores do Estádio Mineirão, em Belo Horizonte, circularam cerca de 10 mil gestores locais, que participaram de 12 eventos temáticos, 19 painéis e 96 palestras.

Em seu discurso, durante a posse da nova diretoria da AMM, o presidente Julvan Lacerda reforçou que a grandiosidade do Congresso foi resultado de melhorias implementadas na gestão da entidade, que culminaram em significativa economia para a Associação. Ele reiterou seu compromisso com a causa municipalista. “Não chegamos onde a gente queria chegar, mas certamente já demos alguns passos no rumo que queremos”, concluiu.

Diálogo aberto com três Pod

Foi durante a *XXI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, no dia 23 de maio de 2018, a posse da nova diretoria da CNM. De lá para cá, muitos têm sido os desafios, especialmente diante de grandes mudanças no Congresso Nacional e no governo federal, com renovação de deputados e senadores e reestruturação de todos os Ministérios.

Apesar do cenário, o movimento municipalista conseguiu importantes conquistas e avanços na pauta prioritária. Além de medidas que impactaram positivamente os Municípios – como o decreto que atualiza valores das compras públicas, as mudanças nas normas que regem os consórcios públicos e a ampliação de prazos para cumprimentos de normas pelos Entes locais –, se destaca o espaço de interlocução consolidado junto aos Três Poderes, bem como aos tribunais de contas. No Executivo, os diretores da CNM pautaram dezenas de reuniões para reforçar a pauta e cobrar avanços. No Judiciário, audiências com o presidente da Corte e outros ministros levaram a urgência de votação de pleitos históricos.

Os resultados reforçam que o movimento continua avançando, ano após ano, pela união e pela luta das diretorias, das entidades estaduais e microrregionais de Municípios, do Movimento Mulheres Municipalistas e dos gestores municipais, que se mobilizam e articulam por melhores condições para a população. Além disso, importante destacar a parceria e as orientações do presidente de honra da Confederação, Paulo Ziulkoski, que se mantém na batalha para melhorar a gestão local dos Municípios, estando à frente agora de projeto inovador de capacitação municipal – o CNM Qualifica.

Nesta edição, o *Boletim CNM* lembra alguns dos avanços que o movimento alcançou nos últimos meses. Confira:

NO EXECUTIVO

2018

- Decreto permite aos Municípios com UPAs e UBS o uso destas para outras finalidades de saúde, sem ter de devolver os recursos recebidos.
- Decreto concede mais seis meses para os Municípios com Restos a Pagar (RAPs) resolverem as pendências.
- Receita libera inscrições para treinamento do ITR.
- Decreto atualiza valores da licitação.
- Programa Bicicleta Brasil é sancionado com atuação da CNM, que garantiu veto a artigo que destinaria percentual arrecadado com multas de trânsito a ações do PBB.
- CNM recebe pela primeira vez um presidente da República em sua sede.
- Governo anuncia publicação de decreto regulamentando o Comitê de Revisão da Dívida Previdenciária Municipal (CRDPM) para o Encontro de Contas.
- Fundo Nacional de Saúde disponibiliza ferramenta que permite a consulta de saldo de contas correntes de fundos de Saúde.
- Ministério da Saúde publica decreto que flexibiliza o uso de estruturas físicas do SUS com obras concluídas, mas sem funcionamento.

2019

- Governo sanciona medida que congela coeficiente do FPM para que 129 Municípios não percam recursos.
- STN prorroga até julho de 2019 encaminhamento da Matriz de Saldos Contábeis.
- Instalado Comitê de Revisão da Dívida Previdenciária Municipal.
- Ministério da Saúde prorroga prazo para conclusão de obras inacabadas.
- Portaria libera encargos dos bens doados aos Municípios pelo PAC 2.
- Política Nacional de Gestão Turística do Patrimônio Mundial é instituída.
- Casa Civil abre processo de estruturação da linha de financiamento de precatórios.
- Receita Federal do Brasil republica atos para permitir o convênio da municipalização do ITR, por via eletrônica.
- Lançada Plataforma +Brasil para facilitar processos e procedimentos para que o recurso saia da União e chegue efetivamente nos Municípios.
- Publicada Instrução Normativa para operação de crédito no Programa Desenvolvimento Urbano.



tucional

Preses marca um ano de gestão



NO LEGISLATIVO

2018

- Congresso aprova projeto que autoriza consórcios públicos a contratarem operações de crédito externo e interno.
- Medida Provisória (MP) 818/2018 amplia para 31 de dezembro de 2021 e abril de 2019 o prazo para as administrações locais elaborarem o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado e o de mobilidade urbana, respectivamente.
- Câmara inclui as contribuições da CNM no parecer dos projetos que tratam da Nova Lei de Licitações.
- Medida que prevê a criação do Conselho de Avaliação de Políticas Tributárias, com participação da CNM, é aprovada na CCJ.
- Parlamentares de comissão especial aprovam proposta que dá legitimidade jurídica aos Entes ao permitir que a entidade possa propor ADI e ADC.
- CCJ da Câmara aprova projeto que institui o Conselho de Gestão Fiscal (CGF).
- Câmara aprova texto que mantém os coeficientes de distribuição do FPM de Municípios até que os dados para seu cálculo sejam atualizados em novo censo.

2019

- Reuniões permanentes das Frentes Parlamentares dos Municípios e do Pacto Federativo, com aproximação da Frente da Agricultura.
- Publicadas no DOU leis que alteram normas dos consórcios públicos. (Veja mais na página 11)
- Redação final do projeto que cria o CGF é aprovada na CCJ da Câmara e segue para Senado.
- Senado aprova PEC que garante importante simplificação de prestação de contas para os pequenos Municípios.
- Aprovado na Câmara requerimento de urgência urgentíssima para prorrogação dos prazos de encerramento dos lixões.
- Aprovada, pelo Senado Federal, proposta que destina recursos do orçamento direto para Estados e Municípios, sem a necessidade de passar pelos procedimentos existentes.
- Instalada e definidos presidente e relator da comissão que trata do 1% do FPM de setembro. Medida tem apoio do governo federal e do presidente da Casa.
- Senador Wellington Fagundes apresenta PEC 74/2019, elaborada pela CNM, e determina que passa a ser de competência municipal a instituição do ITR.
- Mais de R\$ 220 milhões entram nas contas dos Municípios afetados pela atividade de mineração.
- Aprovada a admissibilidade da Reforma Política (PEC 376/2009) na CCJ.

NO JUDICIÁRIO

2018

- Aroldi se reúne com ministro Gilmar Mendes e reforça urgência da regulamentação da Lei Kandir.
- Em reunião com presidente do STF, Dias Toffoli sinalizou que iria pautar em 2019 ação que trata dos royalties.
- TRF4 acatou entendimento da CNM sobre partilha dos recursos do IRRF em pagamentos realizados pela prestação de serviços por pessoas físicas ou jurídicas.

2019

- Presidente do STF marca para 24 de novembro julgamento dos royalties.
- STF decide pela constitucionalidade da incidência do ISS sobre planos.

NOS TRIBUNAIS DE CONTAS

2018

- Nova parceria entre a CNM e Atricom foi realizada para que as demandas municipais avancem no Congresso Nacional e no Executivo.
- No TCU, a entidade busca esclarecimentos sobre o Fundef.

2019

- Tribunais de Contas assumem compromisso de auxiliar na qualificação dos gestores para melhoria da administração local.

NA GESTÃO

2018

- CNM recebe Prêmio Marco Maciel pela gestão ética e transparente.
- MMM passa a integrar oficialmente o Conselho Político da CNM.

2019

- Realizados primeiros cursos do projeto CNM Qualifica, nas cidades de Porto Velho e Cuiabá.

II Congresso Nacional

Projeto que cria CGF avança no Congresso

Com mais de 18 anos de espera, um avanço importante para as administrações locais ocorreu no Congresso Nacional em maio. Deputados da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados (CCJC) aprovaram a redação final do Projeto de Lei (PL) 3.744/2000 – que cria o Conselho de Gestão Fiscal. O texto, que é uma importante conquista do movimento municipalista por garantir a representatividade da gestão municipal no Conselho, segue para o Senado Federal.

A criação do Conselho está prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – Lei Complementar 101/2000. A Confederação destaca que a matéria atende aos anseios pela centralização do poder normativo em matéria fiscal e pela edição de normas harmônicas para toda a Federação. Além dos Municípios, aguardam sua construção e efetivação desde a edição da LRF, em 2000, academia, governo federal, Estados, tribunais, Tesouro Nacional, Poder Legislativo e Judiciário, contribuintes e cidadãos em geral.

Segundo o projeto, a principal característica do CGF é a inclusão de técnicos de elevado conhecimento em orçamento, finanças e contabilidade para propor oportunidades de melhoria da gestão pública brasileira, tomando por base

estudos, análises e diagnósticos de todas as esferas de governo. O Conselho terá também o importante papel de eliminar divergências contábeis, prevendo, prevenindo e gerindo as crises financeiras na economia nacional, sem esquecer as particularidades do ambiente operacional dos governos estaduais e locais e as necessidades daqueles que usam relatórios financeiros governamentais.

Entre as mudanças sugeridas durante a tramitação do PL no Legislativo estão a de que o CGF seja constituído por representantes de todas as esferas de Governo e que os membros sejam indicados pelas respectivas entidades relacionadas no projeto, como a Associação de Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e a CNM.

Entenda como vai funcionar

A composição do conselho, também definida no PL, valoriza a construção de propostas multifacetadas ao garantir a participação de todas as esferas de governo, órgãos de controle e a representação dos Municípios, onde de fato acontecem as políticas públicas. A CNM e a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) deverão indicar os membros representantes dos Entes locais.

Com sede em Brasília, o Conselho de Gestão Fiscal será formado por 14 membros titulares (e igual número de suplentes) com mandato de dois anos. A designação dos nomes será feita pelo presidente da República, após indicação dos órgãos de origem.

O grupo terá uma assessoria técnica própria e cinco instâncias administrativas: plenário, presidência, câmaras, secretaria executiva e ouvidoria; sendo o plenário a instância máxima do órgão. As reuniões ordinárias dos conselheiros serão, no mínimo, semestrais; e as resoluções e moções aprovadas pelo órgão serão publicadas no Diário Oficial da União.

Expectativas

A CNM esclarece que se trata de um marco para as finanças públicas, de alcance significativo, em um momento de retração do mercado internacional, insegurança política e crise fiscal no país, especialmente nos Municípios. A matéria foi aprovada na CCJC da Câmara por maioria simples e parecer favorável do deputado Hildo Rocha (MDB-CE) e segue para o plenário do Senado, se não houver recurso para que ocorra apreciação também pelos deputados em sessão plenária.



 Pauta municipalista

Pautas prioritárias em consórcios públicos viram Lei

A primeira segunda-feira do mês de maio trouxe importantes conquistas para o movimento municipalista. No dia 6, duas publicações que integravam a pauta prioritária da Confederação Nacional de Municípios (CNM) em relação aos consórcios públicos foram publicadas no Diário Oficial da União (DOU).

As duas Leis aprovadas pelo Congresso Nacional integram o hall de conquistas da XXII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. A CNM ressalta a importante atuação da Frente Parlamentar de Consórcios capitaneada pelo deputado Geninho Zuliani (DEM/SP).

Entre as medidas publicadas está a Lei 13.821/2019, que acrescenta parágrafo único ao art. 14 da Lei 11.107/2005. O novo texto limita as exigências legais de regularidade por ocasião da celebração de convênios com a União ao próprio consórcio público envolvido, sem estendê-las aos Entes federativos nele consorciados. Para a CNM, com isso, fica garantida a segurança jurídica de que não haja confusão entre as responsabilidades do consórcio público, como pessoa jurídica autônoma, e dos Entes consorciados individualmente.

O outro texto traz a Lei 13.822/2019, que altera a Lei 11.107/2005, e estabelece que no consórcio público com personalidade jurídica de direito público, o pessoal também será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

O que muda?

Publicação da Lei 13.821/2019:

- evita onerar e inviabilizar a gestão financeira dos consórcios públicos;
- respeita a autonomia do consórcio público em relação aos Entes consorciados.

Publicação da Lei 13.822/2019:

– deixa de prevalecer entendimentos de que, para os consórcios de natureza jurídica de direito público, seria obrigatória a contratação de servidores regidos pelo regime estatutário, que após três anos de efetivo serviço, os servidores alcançariam estabilidade, não sendo a extinção do consórcio motivo legal para a perda do cargo;

– como os consórcios públicos podem ser extintos a qualquer tempo, a atualização legislativa resolve um problema que não possuía solução futura, resguardando, desse modo, a gestão financeira dos Municípios consorciados.



O que são consórcios públicos

Consórcios Públicos são regulamentados pela Lei 11.107/2005, só podem ser constituídos por Entes federativos e, nos termos do art. 241 da Constituição Federal, concretizam a cooperação interfederativa. Representam, dessa forma, uma importante estratégia para o desenvolvimento regional do país. Entre as ações, oportuniza a racionalização do recurso público para o planejamento, a implementação e a gestão compartilhada de políticas públicas.

Perfil dos consórcios no país

Levantamento realizado pela CNM aponta que existiam 491 consórcios públicos no Brasil, entre 2015 e 2017, com grande concentração de consorciados nas regiões Sul e Sudeste. Do total de Municípios, 4.081 participam de pelo menos um consórcio.

Regionalmente, 94% dos Municípios da região Sul participam de algum consórcio; 91% dos governos locais do Sudeste também estão consorciados; 75% das prefeituras do Centro-Oeste integram consórcios; 53% das localidades do Nordeste estão em consórcio; e 34% dos governos municipais do Norte participam dessa estratégia. Individualmente, Paraná, Minas Ge-

rais e Rondônia são os que apresentam o maior número de Municípios consorciados, respectivamente, com: 99,7%, 98,1% e 96,2%.

No que se refere ao porte dos Municípios consorciados, 3.544 deles têm abaixo de 50 mil habitantes, 425 contabilizam entre 50 mil e 299.999 habitantes, e 57 a partir de 300 mil habitantes. Do total dos Municípios em consórcios, 2.218 participam de mais de um; e dos governos estaduais, o mapeamento da CNM identificou dez consórcios, oito deles no Ceará, e na área de saúde; um na Bahia e um no Espírito Santo para gestão de resíduos sólidos.

Dos 491 consórcios identificados, 275 consórcios são finalitários, ou seja, atuam em

apenas uma área, enquanto 213 são multifinalitários, atuam em mais de uma área. As principais áreas de atuação dos consórcios finalitários são: saúde, infraestrutura, meio ambiente, resíduos sólidos e turismo. Em relação ao controle, em 248 consórcios o controle externo é exercido por órgão oficial.

Atualmente, o processo de instituição de um consórcio requer a elaboração de protocolo de intenções, a assinatura dos Municípios e a aprovação de lei para filiação. Também se faz necessária a realização de assembleia-geral para redigir e aprovar o estatuto.

Levantamento realizado pela CNM aponta que existiam 491 consórcios públicos no Brasil, entre 2015 e 2017, com grande concentração de consorciados nas regiões Sul e Sudeste. Do total de Municípios, 4.081 participam de pelo menos um consórcio."

 **Turismo**

Festas juninas movimentam economia e cultura local

O São João que dá nome a 54 Municípios brasileiros é o mesmo que transformou religiosidade na festa popular mais celebrada no país depois do Carnaval. De Norte a Sul, as festas juninas – em homenagem ao trio de santos João, Antônio e Pedro – dão mais cor, sabor e musicalidade ao inverno brasileiro, que nem é tão frio assim, mas não dispensa uma fogueira. A cada ano, cresce o público dos eventos tradicionais e novas comemorações entram para o calendário, organizadas por igrejas, pela própria comunidade, pela prefeitura ou iniciativa privada.

Números de geração de renda e emprego temporário comprovam, é possível transformar custo em investimento. Além de girar a economia, as festas valorizam a cultura local. Basta comparar os São João do Nordeste com os de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul ou do Pará para ver a riqueza e a diversidade cultural do Brasil e como cada região consegue imprimir sua identidade ao festejo. E, para se ter uma ideia do impacto econômico, somente em Caruaru (PE) e Campina Grande (PB), o público somado chegou a cinco milhões, com injeção de R\$ 440 milhões em 2018.

Com dois meses de antecedência, foi divulgada a programação completa do “Maior São João do Mundo”, título atribuído ao Município paraibano de 400 mil habitantes, mas contestado pela cidade no interior pernambucano. Começou em 1983 e, atualmente, dura 30 dias com grandes atrações nacionais, como Ivete Sangalo e Elba Ramalho. Apesar de os shows e a estrutura se concentrarem no Parque do Povo, diferentes distritos sediam as celebrações. Segundo o prefeito de Campina Grande, Romero Veiga, a responsabilidade como gestor é imensa.

Diante da crise financeira dos últimos anos, ele precisou buscar uma alternativa para reduzir os custos da festa sem decepcionar turistas e moradores. “Em 2016, depois de reeleito, eu estudei um modelo e propus que deixasse de ser administrada exclusivamente pela prefeitura, mas por parceria público-privada, após licitação. Com a empresa que ofereceu a melhor proposta, o custo para a prefeitura caiu de R\$ 10 milhões em 2017 para R\$ 2,9 milhões em 2018, e R\$ 2,8 milhões e em 2019”, compara. Segundo o prefeito, somente a estrutura no Parque e nos distritos custa R\$ 4 milhões, mas, em compensação, são movimentados R\$ 200 milhões na cidade, e a receita do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no período é superior a dezembro.

Também na Paraíba, com um calendário extenso, os Municípios de Serra da Raiz, Duas Estradas, Lagoa de Dentro, Pedro Régis e Jacaraú firmaram parceria para realização do Projeto Arraiá do Interior. Aproveitando a proximidade geográfica e a organização logística em conjunto, de 15 de junho a 5 de julho, cada cidade recebe a festa em um dia. “Quando os pequenos se juntam, se tornam grandes, a visibilidade é maior. A divulgação do projeto beneficia todos de alguma forma”, finalizou.

“A festa aumentou, se fortaleceu e profissionalizou. Nos livramos da pressão política, e os artistas já se apresentam tendo recebido antes. Claro que a empresa que ganha a concorrência tem direito de fazer captação de recurso, mas todo o processo ficou mais transparente”, prefeito de Campina Grande, Romero Veiga.



OUTROS ESTADOS SE DESTACAM NO CALENDÁRIO NACIONAL

Belo Horizonte (MG): com campeonato de quadrilhas e a gastronomia mineira como principais atrativos, BH tem um mês de programação, que inclui a participação de restaurantes da cidade. Em 2018, 200 mil pessoas movimentaram R\$ 2,74 milhões na economia.

Corumbá (MS): o ponto alto é o Banho de São João nas águas do Rio Paraguai. Com o fluxo regional e de estrangeiros vindos principalmente da Bolívia e Paraguai e o aporte de recursos públicos, a movimentação chegou a R\$ 2,4 milhões.

Bragança (PA): são 30 anos de tradição que costumam atrair mais de 50 mil pessoas em quatro dias, gerar 1,2 mil empregos diretos e indiretos e movimentar R\$ 124,5 mil reais, beneficiando comunidades tradicionais e produtores de farinha – o ouro branco da região.

CURIOSIDADE

Um em cada dez Municípios tem nome de santo ou faz alguma referência a eles em sua denominação. É o que demonstrou mapeamento realizado pela CNM. Santos, santo, são, santa, aparecida e nossa senhora são os mais comuns. O Estado com mais Municípios com nomenclatura religiosa é Minas Gerais, com 15%; seguido de São Paulo, com 10,2%; e do Rio Grande do Sul, com 9,7%. Quando se analisa as regiões brasileiras, o Nordeste possui o maior número de Municípios que fazem referência a nomes de santos, com 198 cidades; o Sudeste tem 167; o Sul conta com 129; o Centro-Oeste e o Norte apresentam 44 e 42 Municípios, respectivamente.



Evento

Turismo em pauta nas cidades de Capitólio e Porto Alegre

O Turismo é considerado indutor do crescimento econômico sustentável de uma cidade. Essa temática é uma bandeira da Confederação Nacional de Municípios (CNM) que oferece aos gestores orientações e realiza com frequência encontros para mostrar os benefícios e ofertas das atividades turísticas como incremento de receita. Essa temática estará em discussão no segundo semestre em Capitólio (MG) e em Porto Alegre (RS) durante o *Seminário Nacional de Governança para o Turismo: desafio para o desenvolvimento Sustentável nos Municípios* e o *VI Encontro Brasileiro das Cidades Históricas, Turísticas e Patrimônio Mundial*.

Entre os dias 11 e 13 de julho, a CNM, especialistas, representantes de entidades ligadas ao Turismo e autoridades abordam em Capitólio os eixos temáticos da cultura, do patrimônio e do meio ambiente. A oportunidade será ímpar para trabalhar a governança na área pública municipal. Nesse sentido, serão colocadas em debate as políticas públicas para o Turismo e ações para tornar o Brasil um destino mais competitivo no mercado mundial. O potencial turístico das cidades brasileiras é a grande motivação para a realização desses eventos.

O presidente da CNM, Glademir Aroldi, destaca que em Capitólio os participantes terão a oportunidade de intensificar os debates de alternativas para viabilizar a gestão municipal por meio do Turismo. “A governança para o turismo é uma forma de alavancar receitas e diminuir as dificuldades enfrentadas pela gestão municipal. Dos mais de 5 mil Municípios filiados à CNM em todos os Estados, 2.960 são participantes do Mapa do Turismo Brasileiro, sendo 328 regiões turísticas. Minas Gerais possui 555 cidades com vocação turística. Por isso, a força dessa representação e da governança para o turismo serão intensificadas em Capitólio”, defendeu o líder municipalista.

Feira

Paralelamente ao Seminário, será realizada a Feira de Negócios Turísticos Destinos do Brasil – Edição Minas Gerais. O espaço também será um atrativo institucional onde as entidades parceiras, públicas ou privadas podem expor os produtos, os serviços e as principais tendências destinadas ao desenvolvimento do turismo municipal. Também ocorre dentro da programação do evento uma apresentação cultural que vai fazer parte de uma exposição de experiências gastronômicas de Capitólio e de outros



Municípios mineiros vizinhos da região da cidade anfitriã do encontro.

No último dia do seminário, está prevista uma visita técnica aos roteiros turísticos da região. “Faço um convite aos gestores e aos demais envolvidos responsáveis pelo desenvolvimento econômico baseado nessa grande ferramenta do desenvolvimento local que é o turismo. Contamos com a presença de todos em Capitólio”, reforça o prefeito José Eduardo Vallory.

A Caixa Econômica Federal é a patrocinadora do evento que também conta com o apoio institucional do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e a parceria da Associação Mineira de Municípios (AMM). As inscrições para participar do encontro são gratuitas e podem ser realizadas no *hotsite* do evento pelo endereço:

www.governancaparaoturismo.cnm.org.br

Cidades Históricas

Anualmente, a CNM realiza o *Encontro Brasileiro das Cidades Históricas, Turísticas e Patrimônio Mundial*. O evento reúne prefeitos, especialistas, autoridades das três esferas governamentais do Brasil e de outros países além de representantes de entidades ligadas ao Turismo com o objetivo de refletir sobre o potencial das cidades históricas a partir da interação entre patrimônio cultural e turismo.

Com isso, o evento deve trazer experi-

ências de gestão em sítios do Patrimônio nacional e estrangeiros como locais dinamizadores para o desenvolvimento social, econômico e cultural. Neste ano, a 6ª edição do encontro ocorre entre os dias 23 e 25 de outubro. Ao longo do evento, os participantes poderão contribuir com sugestões para a melhoria dessas cidades que irão fazer parte de uma carta. Esse documento vai elencar as reivindicações municipalistas que serão entregues às autoridades do governo federal.



6º ENCONTRO BRASILEIRO DAS
CIDADES HISTÓRICAS TURÍSTICAS
E PATRIMÔNIO MUNDIAL


Responsabilidade Social

Acolhimento mostra possibilidades de desenvolvimento

Acolher para desenvolver. O lema da campanha Interiorização + Humana desenvolvida pela CNM no mês de maio em parceria com organizações internacionais e o governo federal buscou sensibilizar sobre os impactos da crise da Venezuela no Brasil. Além de alertar para os números de migrantes concentrados em Roraima, o material inclui orientações dos técnicos da entidade e depoimentos dos parceiros e de gestores que já participaram da Operação Acolhida. O objetivo é buscar alternativas e, principalmente, soluções definitivas para o grande fluxo migratório e as condições de sobrevivência, muitas vezes, precárias de quem deixou o país em busca de segurança, serviços essenciais, como saúde e educação, e novas oportunidades de emprego.

Como o presidente Glademir Aroldi deixou claro desde que o movimento municipalista foi envolvido no debate nacional, durante reunião na Casa Civil em fevereiro deste ano, a interiorização é acima de tudo uma decisão humanitária, e não política. “Deve ser enfrentada com sensibilidade porque se tratam de pessoas. Independentemente de onde elas são, merecem dignidade. E só vamos conseguir resolver o problema se unirmos a população brasileira, os gestores públicos, as entidades religiosas e sem fins lucrativos e o setor privado nesse acolhimento”, acredita.

Como argumento de quem encara a situação com o mesmo olhar, o de responsabilidade compartilhada, se cada Município acolher 10 famílias, é possível atender a demanda de quem cruza a fronteira sem comprometer a oferta de serviços públicos. Mais de 90 Entes municipais em 18 Estados já abriram as portas para os venezuelanos, mas, segundo os dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) e da Organização Internacional para as Migrações (OIM), o Brasil recebeu mais de 200 mil pessoas desde 2017, sendo que 85 mil solicitaram refúgio e outros 40 mil receberam vistos de residência temporária – o restante já teria deixado o país.

A prefeita de Conde, na Paraíba, vai além do senso de responsabilidade. “Queremos viver em um país que mais coloca gente para fora que acolhe? Temos que partilhar essa oportunidade. Ganhamos dos dois lados. Acolhemos quem tem necessidade, para refazerem suas vidas, e aprendemos com



Casa Civil

a vivência e a postura deles. Podemos construir relações diferentes e trocar experiências”, ressalta.

A inserção no mercado de trabalho é o maior exemplo de como preencher uma lacuna com um desafio, já que 70% possuem ensino médio e técnico completo, sendo mão de obra capacitada com língua predominante espanhola. A orientação é que a administração municipal, a associação comercial e a instituição que vai oferecer abrigo temporário – geralmente de três a cinco meses – levante o perfil desses migrantes para intermediar com as vagas de emprego na cidade. Quando saem de Roraima, eles recebem documento de regularização migratória, CPF, carteira de trabalho e de vacinação atualizada (febre amarela, tríplice e dupla viral).

“O Brasil é um país generoso, por isso, gostaria de agradecer aos prefeitos das cidades que já acolheram e fazer um apelo aos demais a apoiarem essa causa, buscando a integração das pessoas no país”, pediu o coordenador-residente da Organização das Nações Unidas (ONU) no Brasil, Niky Fabianci.

Gestores que desejam participar da Operação Acolhida devem entrar em contato com a Casa Civil para saber dos incentivos – que abrangem políticas, estratégias e programas sociais – do governo federal para apoiar a inserção dos migrantes. No site da campanha da CNM, o www.maishumana.cnm.org.br, está disponível formulário de intenção. Caberá à gestão municipal:

- avaliar e descrever o perfil do Município para promover a acolhida;
- sensibilizar, dialogar e preparar a comunidade local para a acolhida;
- estabelecer um plano de acolhimento e inclusão social, cultural e profissional;
- oferecer oportunidades de abrigamento temporário por até seis meses com equipe disponível para gestão do abrigo;
- garantir alimentação e fornecimento de materiais de higiene para os abrigados e manutenção do abrigo;
- garantir acesso aos serviços básicos (habitação, saúde, educação, assistência social, cultura, esporte e lazer);
- auxiliar na inserção laboral por meio de articulações com os empresários locais.

Na mídia

Previdência, saneamento e finanças municipais no radar dos jornais

Possivelmente o tema atual mais comentado entre a classe política do país seja a Nova Previdência, e, no âmbito municipal, não tem sido diferente. Passados os dias do maior encontro municipalista brasileiro, a mídia nacional tem publicado matérias sobre a proposta, em tramitação no Congresso Nacional, mostrando a perspectiva do Ente municipal. Como exemplo, o editorial A reforma e os Municípios, do Estado de S. Paulo; e a matéria Apoio à Previdência, foco na reforma tributária, do Correio Braziliense. Educação, saneamento e finanças também estavam no radar dos jornais neste último mês.

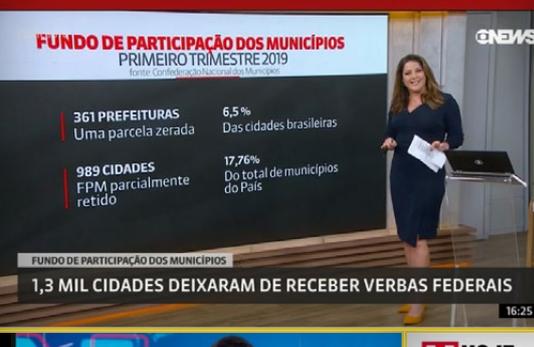
“O alívio fiscal de cerca de R\$ 171 bilhões que a reforma da Previdência poderá propiciar aos Municípios em 10 anos é argumento suficiente para fazer os prefeitos apoiarem de maneira mais eficaz as propostas de mudança no regime de aposentadorias dos trabalhadores do setor privado e dos servidores públicos em todos os níveis de governo”, destacou o texto do Estadão. Ainda segundo o editorial, em 20 anos, os ganhos para as prefeituras podem chegar a R\$ 391 bilhões.

Outra pauta sobre previdência com grande destaque foi o bloqueio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) de 1,3 mil cidades em razão de dívidas previdenciárias. A informação divulgada pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) teve bastante repercussão e foi pauta do Jornal das 10h e das 16h da Globo News. O Globo Rural divulgou matéria sobre a chuva que deixa sertão verde, mas é insuficiente para agricultura, e ao final mencionou os dados da CNM, mostrando que os prejuízos provocados pela seca em todo o Nordeste já chegam perto de R\$ 3 bilhões.

Informações e dados da Confederação sobre a MP do Saneamento básico e o impacto financeiro dos programas federais na gestão local também receberam atenção da imprensa nacional, regional e local. O Globo abordou a questão dos programas na matéria Malabarismo – repasses federais caem, e conta de prefeituras não fecha o texto Municípios são afetados por falta de repasses federais. Ao jornal, o presidente da CNM, Glademir Aroldi, afirmou: “todos os programas são subfinanciados, e o valor que a União repassa não cobre o custo. Não tem reajuste, e a situação se agrava ano a ano. Os prefeitos estão sob pressão”.

Ainda sobre recursos, o Valor Econômico divulgou estudo da CNM mostrando que União acelera repasses a prefeituras em ano eleitoral. O mesmo jornal citou a entidade municipalista na matéria Prefeituras e Tesouro vivem impasse sobre padrões de dados fiscais com a seguinte afirmação de Aroldi: “Cada tribunal tem seus sistemas e ferramentas, e os Municípios precisam se adequar a isso”.

O Jornal Nacional e a Globo News trataram o tema dos lixões nas reportagens Ambientais criticam adiamento do fim dos lixões no Brasil e Resíduos urbanos coletados pelas prefeituras. Novamente, editorial do Estadão citou a CNM no texto A novela dos lixões. Foram mais de mil citações no último mês abordando também obras paradas e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (Fundeb).



Internacional

Cidades inovadoras: saiba mais sobre a XIII Cúpula Hemisférica de Prefeitos

A XIII Cúpula Hemisférica de Prefeitos e Governos Locais – que será sediada em Recife e Olinda (PE) de 17 a 20 de março de 2020 – terá o tema Cidades inovadoras para as pessoas. Esse conceito já é conhecido no seu Município? O que os gestores locais devem fazer para ajudar na construção e no desenvolvimento de cidades melhores para a população?

Para enfrentar os diversos desafios nos Municípios, é preciso que a inovação local apresente novos elementos e gere transformação. Cidades inovadoras são aquelas que unem tradição local aos processos de criação e recriação, mantendo as vocações e as características locais, mas com novas práticas que mudam a forma de fazer gestão pública.

O pertencimento também é palavra-chave quando se fala de cidades inovadoras. “Inovar é mudar a vida do cidadão. Precisa impactar quem está lá na ponta. É aquilo que transforma a vida da Maria e do José. Isso é inovação”, ressalta o segundo secretário da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Eduardo Tabosa.

A CNM – ao lado da Associação de Municípios de Pernambuco (Amupe), do governo estadual de Pernambuco e da Federação Latino-americana de Cidades, Municípios e Associações de Governos Locais (Flacma) – é organizadora do evento. O objetivo, ao incentivar e fortalecer a política da agenda de inovação nos Municípios, é proporcionar melhorias no cotidiano dos cidadãos.



“Inovar é mudar a vida do cidadão. Precisa impactar quem está lá na ponta. É aquilo que transforma a vida da Maria e do José.” Segundo secretário da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Eduardo Tabosa.

Conheça projetos que ajudam no desenvolvimento de Municípios



Desde 2017, a CNM e a União Europeia trabalham para auxiliar os Municípios com o Projeto UniverCidades. A iniciativa – plataforma para o desenvolvimento e governança municipal – é dividida em eixos que visam ao fortalecimento das capacidades, à replicação de boas práticas à aproximação entre universidades e Municípios e à troca de experiências.



A CNM tem termo de compromisso com a Fundação Abrinq para fortalecer a mobilização de atores locais na busca dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A ideia é orientar sobre planejamento municipal e ferramentas de implementação da Agenda de Desenvolvimento 2030. O projeto tem financiamento da União Europeia.



O Programa Internacional de Cooperação Urbana Internacional (IUC-LAC) da União Europeia tem apoio da CNM. A ação estabelece acordos de cooperação internacional entre cidades latino-americanas e europeias em temas de desenvolvimento urbano sustentável.